

# LEIS

Reconhecida por sua alegria contagiante, sempre atendeu os clientes com sorriso, carinho e dedicação, tornando-se presença marcante na comunidade. Com seu jeito generoso, simples e solidário, Maria Eduarda conquistava todos ao seu redor, transmitindo acolhimento e amor. Sua vida, no entanto, foi interrompida de forma precoce em 12 de novembro de 2024, aos 21 anos, em um trágico acidente de trânsito. Apesar da dor de sua partida, sua memória permanece viva por meio do legado de humanidade, bondade e luz que espalhou em sua curta, mas intensa trajetória. A presente homenagem busca eternizar o nome de Maria Eduarda Santos Baptista (Duda) em um logradouro público da cidade de Sorocaba, reconhecendo sua história de vida, seu exemplo de amor familiar e comunitário, e a marca indelével que deixou em todos que tiveram o privilégio de conviver com ela. A denominação de rua com seu nome é um tributo não apenas à sua lembrança, mas também um símbolo de inspiração para que futuras gerações valorizem os princípios da solidariedade, da simplicidade e do amor ao próximo que ela representava.

**(Processo SEI nº 3552205.404.00145493/2025-11)**  
**LEI Nº 13.348, DE 21 DE OUTUBRO DE 2 025.**  
(Dispõe sobre denominação de Praça Sebastião Luís da Silva à Área Pública de nossa cidade e dá outras providências).  
Projeto de Lei nº 655/2025 – autoria do Vereador FAUSTO SALVADOR PERES.  
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica denominada Sebastião Luís da Silva a Área Pública, localizada entre a Rua Rudnei Schonfelder e Rua Benedita Conceição Gomes Perbelini, no Loteamento Jardim Guaíba I, nesta cidade.  
Art. 2º A placa indicativa conterà o nome “Sebastião Luís da Silva”.  
Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.  
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 21 de outubro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.  
FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO  
Prefeito Municipal  
em exercício  
DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES  
Secretário Jurídico  
AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA  
Secretária de Governo  
MAURÍCIO AUGUSTO COIMBRA CAMPANATI  
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.  
ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais  
JUSTIFICATIVA

Sebastião Luís da Silva nasceu em 30/03/1969 na cidade de Cambe, Município do Paraná. Filho de Maria Aparecida Figueiredo Silva e José Felix da Silva, caçula de 5 irmãos. Morava em uma fazenda em que seu avô era administrador e seus pais agricultores. Aos 10 anos se mudou para São Paulo com seus pais e com 15 anos foi morar em Araçoiaba da Serra com sua mãe. Aos 18 anos foi para Bahia, onde se casou e teve duas filhas, Tais e Ingrid. Mais tarde voltou para Araçoiaba e trabalhou como garçom em um clube de campo. Em 1991 mudou-se para Sorocaba e começou trabalhar como vendedor de livros, pois sempre falou que gostava de trabalhar com público e vendas. Teve mais 2 filhos de relacionamentos diferentes o Vinicius, e alguns anos depois a Anne. Sempre teve essa vontade e garra em empreender, então comprou uma Kombi e começou a vender galões de água, assim que formou uma grande clientela, mudou de produto e começou a jornada com os ovos. Começou vendendo em pequenos estabelecimentos e mercadinhos, ficou nesse formato por muito tempo, mas sempre quis estar mais próximo do público, então decidiu embarcar com as vendas de ovos em feiras livres e condomínios com a BARRACA DE OVOS DO TIÃO. Com muito carisma e alegria ele fez o que mais amava em vida, conquistou o coração de muitas pessoas, fazendo assim muitos clientes e amigos nessa jornada e deixando seu legado e saudades no coração de muitas pessoas.

**(Processo SEI nº 3552205.404.00145565/2025-20)**  
**LEI Nº 13.349, DE 21 DE OUTUBRO DE 2 025.**  
(Declara de Utilidade Pública a ONG Transformando Vidas e dá outras providências).  
Projeto de Lei nº 232/2025 – autoria da Vereadora JUSSARA APARECIDA FERNANDES.  
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, em conformidade com a Lei nº 11.093, de 6 de maio de 2015, alterada pela Lei nº 11.327, de 23 de maio de 2016, a ONG Transformando Vidas.  
Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 21 de outubro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.  
FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO  
Prefeito Municipal  
em exercício  
DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES  
Secretário Jurídico  
AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA  
Secretária de Governo



Autenticar documento em <https://sorocaba.sp.gov.br/portal/autenticar> com o identificador 3100300031003600340031003A00540052904100. Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ  
Secretária da Cidadania  
Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.  
ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais  
JUSTIFICATIVA  
A ONG Transformando Vidas foi fundada em 20 de fevereiro de 2021 com o objetivo de apoiar e desenvolver ações que promovam a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente. Isso é alcançado por meio de atividades de educação profissional, especial e ambiental. A ONG atua em diversos projetos sociais no município de Sorocaba e tem como missão apoiar famílias em situação de vulnerabilidade na defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida através de ações assistenciais preventivas e de promoção humana. Além disso, mantém uma TV e rádio on-line, bem como jornal impresso, com o nome "Cidade Sorocaba Transformando Vidas", que trazem notícias e informações sobre as atividades da ONG, além de questões de grande interesse da comunidade. Considerando que a instituição cumpriu com as exigências legais e demonstrou relevância pública através dos serviços prestados à comunidade, solicito o voto favorável para o reconhecimento legal de instituição de utilidade pública.

**(Processo SEI nº 3552205.404.00145569/2025-16)**  
**LEI Nº 13.350, DE 21 DE OUTUBRO DE 2 025.**  
(Declara de Utilidade Pública o Instituto Saúde em Equilíbrio e Desenvolvimento Social, e dá outras providências).  
Projeto de Lei nº 595/2025 – autoria do Vereador CAIO DE OLIVEIRA EGÊA SILVEIRA.  
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, em conformidade com a Lei nº 11.093, de 6 de maio de 2015, alterada pela Lei nº 11.327, de 23 de maio de 2016, o Instituto Saúde em Equilíbrio e Desenvolvimento Social.  
Art. 2º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.  
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 21 de outubro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.  
FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO  
Prefeito Municipal  
em exercício  
DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES  
Secretário Jurídico  
AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA  
Secretária de Governo  
ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ  
Secretária da Cidadania  
Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.  
ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS  
Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais  
JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Saúde em Equilíbrio e Desenvolvimento Social (ISEDS), entidade que exerce relevante papel social no município de Sorocaba. Fundado em 2022, o ISEDS dá continuidade à atuação do antigo Dispensário Irmã Sheila, entidade com mais de três décadas de contribuição à comunidade sorocabana. Ao longo dos anos, essa organização promoveu a capacitação de centenas de pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de cursos profissionalizantes, contribuindo significativamente para a inclusão produtiva e a geração de renda. Com a nova gestão, o Instituto reorientou suas atividades para uma área de grande relevância e carência social: a promoção dos direitos das pessoas com diabetes, especialmente do tipo 1. Essa mudança surgiu a partir de uma vivência pessoal da diretoria e revelou as dificuldades enfrentadas por famílias no acesso à informação, ao diagnóstico adequado e aos insumos essenciais para o tratamento. O ISEDS desenvolve atualmente importantes ações educativas, como rodas de conversa, oficinas, campanhas de conscientização e orientação nutricional voltada ao controle glicêmico. Está, inclusive, em fase de implementação de uma farmácia solidária, que visa ampliar o acesso a insumos como bombas de insulina, sensores de glicemia e medicamentos para famílias de baixa renda. Sua atuação está alinhada com princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo totalmente apartidária e aberta a todos, sem distinções de raça, credo, orientação política ou condição social. Declarar o ISEDS como entidade de utilidade pública representa um reconhecimento formal do seu impacto social, fortalecendo sua legitimidade institucional e abrindo caminhos para novas parcerias, convênios e apoios que permitirão ampliar ainda mais o alcance de suas ações. Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação deste projeto, por entendermos que se trata de uma medida justa e necessária para fomentar políticas públicas voltadas à saúde, à cidadania e à inclusão social em Sorocaba.

**(Processo SEI nº 3552205.404.00145571/2025-87)**  
**LEI Nº 13.351, DE 21 DE OUTUBRO DE 2 025.**  
(Institui e inclui no Calendário Oficial do Município de Sorocaba o “Dia do Terço dos Homens” e dá outras providências).  
Projeto de Lei nº 541/2025 – autoria do Vereador HENRI JOSÉ ARIDA.  
A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Sorocaba o "Dia do Terço dos Homens".  
Parágrafo único. O “Dia do Terço dos Homens” a que se refere o caput deste artigo, será comemorado, anualmente, no dia 5 de setembro, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# LEIS

Art. 2º Em comemoração ao “Dia do Terço dos Homens”, os movimentos, as entidades religiosas e afins poderão realizar atividades com o objetivo de ampliar e estimular a prática da oração do terço e a meditação de seus mistérios.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 21 de outubro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Prefeito Municipal

em exercício

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES

Secretário Jurídico

AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA

Secretária de Governo

ANA CLAUDIA MARTINI FAUAZ

Secretária da Cidadania

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de submeter à apreciação dos Nobres Pares, o presente Projeto de Lei que tem como objetivo principal instituir o “Dia do Terço dos Homens” no calendário oficial de datas comemorativas do nosso Município. Essa proposta se fundamenta na relevância histórica, religiosa e social do movimento "Terço dos Homens", que desde a sua primeira manifestação no Brasil, tem se consolidado como uma importante prática de fé e devoção entre os homens cristãos.

O Terço dos Homens é um movimento cristão que visa à promoção da oração em grupo, com o objetivo de engajar homens de todas as idades em um compromisso mais profundo com a Igreja Católica, a família cristã e, consequentemente, com a sociedade como um todo. Além disso, ele reforça valores cristãos essenciais, como a fraternidade, a solidariedade, e o fortalecimento da vida familiar, pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A data de 8 de setembro, escolhida como o "Dia do Terço dos Homens", reveste-se de uma importância simbólica e histórica, pois é o marco do início do movimento no Brasil, quando o Frei Peregrino, em 1936, fundou o movimento na cidade de Itabi, no estado de Sergipe. Desde então, o movimento se expandiu por todo o Brasil, alcançando inúmeras comunidades e contribuindo positivamente para a vida espiritual de muitos homens.

Este Projeto, portanto, tem o objetivo de reconhecer e homenagear um movimento que tem se mostrado essencial para a formação de uma sociedade mais cristã, inclusiva e voltada para os valores do Evangelho. A criação do "Dia do Terço dos Homens" no calendário oficial de Sorocaba será uma forma de garantir que as futuras gerações conheçam e se inspirem nessa poderosa prática de fé. Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando com o apoio dos Nobres Vereadores para sua aprovação, tendo em vista a relevância da matéria para o fortalecimento do movimento cristão, católico, com o propósito de engajar homens de todas as gerações na Igreja Católica mediante um ato de fé e devoção em nosso Município.

(Processo SEI nº 3552205.404.00145575/2025-65)

LEI Nº 13.352, DE 21 DE OUTUBRO DE 2 025.

(Reconhece as atividades e formação proposta pela guarda mirim de Sorocaba como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sorocaba e dá outras providências).

Projeto de Lei nº 565/2025 – autoria do Vereador FABIO SIMOA MENDES DO CARMO LEITE.

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Sorocaba a instituição Guarda Mirim de Sorocaba, por sua relevante contribuição histórica, social, cultural, educacional e econômica à sociedade sorocabana. Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei se baseia na atuação da Guarda Mirim de Sorocaba, que há mais de 60 (sessenta) anos contribui para a formação cidadã, inclusão profissional e transformação de realidades de milhares de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Art. 3º O reconhecimento previsto nesta Lei implica o poder/dever do Poder Público Municipal de promover ações de valorização, preservação e difusão da memória institucional da Guarda Mirim de Sorocaba, por meio de políticas públicas intersetoriais, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias, termos de cooperação ou instrumentos correlatos com a entidade para fins de fomento, valorização e difusão de suas práticas e metodologias, observadas as normas orçamentárias, de responsabilidade fiscal e o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros “Dr. José Theodoro Mendes”, em 21 de outubro de 2 025, 371º da Fundação de Sorocaba.

FERNANDO MARTINS DA COSTA NETO

Prefeito Municipal

em exercício

DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES

Secretário Jurídico

AMÁLIA SAMYRA TOLEDO EGÊA

Secretária de Governo

LUIZ ANTÔNIO ZAMUNER

Secretário de Cultura

Publicada na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.



Autenticar documento em <https://sorocaba.mmr.br/portal/verificacao>

com o identificador 3100300031003600340031003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-

2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANA CAROLINA GOMES DOS SANTOS

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo o reconhecimento formal da Guarda Mirim de Sorocaba como Patrimônio Cultural Imaterial do Município, diante da natureza ímpar de sua trajetória institucional e do impacto social, cívico, educacional e formativo que produz há mais de seis décadas, de maneira contínua, organizada e reconhecida pela sociedade civil, pelos poderes públicos e pela comunidade local.

A Guarda Mirim configura-se como uma prática social estruturada, enraizada no território sorocabano e voltada ao desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Sua atuação envolve a formação cidadã, disciplinar, cultural e profissionalizante, por meio de metodologias pedagógicas não formais, orientadas ao fortalecimento da autonomia juvenil, da ética, da responsabilidade e da inserção digna no mundo do trabalho. Essas características atendem plenamente aos critérios técnicos de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, conforme definidos pela Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, ratificada pelo Estado brasileiro em 2006 (Decreto Legislativo nº 538/2006 e Decreto Presidencial nº 5.753/2006).

Nos termos do artigo 2º da referida Convenção, o patrimônio imaterial compreende “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – juntamente com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

A Guarda Mirim, ao promover sistematicamente rituais cívicos como a Marcha Cívica, ao manter regulamentos internos próprios com valores formativos e ao executar processos educativos voltados à profissionalização e ao projeto de vida juvenil, manifesta os atributos fundamentais exigidos por esse normativo internacional.

No campo jurídico interno, a proposição encontra amplo respaldo:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, estabelece que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, devendo “apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais”. O artigo 216 reconhece expressamente como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza imaterial que portem referência à identidade, à memória e à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu art. 4º, impõe ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar com absoluta prioridade os direitos à educação, cultura, profissionalização e ao lazer de crianças e adolescentes. Já o artigo 68 determina que os programas de aprendizagem e qualificação profissional devem ser promovidos como estratégia de inclusão social, o que se alinha com a prática institucional da Guarda Mirim.

A Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem), por sua vez, obriga empresas a contratarem adolescentes como aprendizes, associando a formação técnico-profissional com vivência no mundo do trabalho. A Guarda Mirim cumpre essa legislação como entidade intermediadora da qualificação, funcionando como elo estruturante entre juventude, setor produtivo e poder público.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), em seus artigos 2º e seguintes, permite ao Poder Público celebrar termos de fomento, colaboração ou cooperação com entidades da sociedade civil que comprovadamente promovam políticas públicas, como é o caso da Guarda Mirim.

No plano municipal, a Lei Orgânica do Município de Sorocaba estabelece, em consonância com a Constituição, que o Poder Público deve valorizar as manifestações culturais locais e promover ações de proteção ao patrimônio histórico e imaterial da cidade. Ainda, o Regimento Interno da Câmara Municipal admite a tramitação de proposições que tenham por objeto a proteção de bens culturais, especialmente quando alinhadas a valores constitucionais e compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

Ademais, a jurisprudência nacional e a doutrina especializada têm reforçado a amplitude do conceito de patrimônio imaterial, reconhecendo que experiências comunitárias duradouras, de valor simbólico, educativo e cívico, constituem fundamento legítimo para atos normativos de reconhecimento cultural, desde que sustentadas por memória social coletiva e continuidade histórica — elementos sobejamente comprovados no caso da Guarda Mirim de Sorocaba.

A entidade possui sede própria, equipe técnico-pedagógica qualificada, regulamentos internos consolidados e ações permanentes de impacto social, educacional e cívico. Sua atuação não depende de ciclos políticos ou partidários, tendo se mantido ativa e relevante ao longo de diferentes gestões municipais, o que reforça seu caráter perene e comunitariamente reconhecido, conforme exigido pelos critérios da UNESCO e da legislação patrimonial brasileira.

Assim, a presente proposição não se limita a um ato simbólico. Trata-se de uma medida concreta de preservação da memória institucional da cidade, de valorização das boas práticas de formação juvenil e de reconhecimento público de uma entidade que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento social de Sorocaba.

Por todo o exposto, submetemos esta matéria à elevada apreciação dos nobres vereadores desta Casa Legislativa, com a convicção de que sua aprovação representará um avanço nas políticas culturais e na valorização das juventudes de nosso Município, além de um compromisso com a preservação das identidades e memórias que moldam o presente e o futuro de nossa cidade.

A Guarda Mirim de Sorocaba constitui uma prática social estruturada, gratuita, contínua e reconhecida coletivamente, centrada na formação cidadã, educacional, profissional e ética de adolescentes, conforme os princípios definidos no art. 2º da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003).

A atuação da instituição representa uma expressão viva da cultura local, manifestada por meio de:

Atividades cívico-culturais (marcha cívica anual, formações públicas, cerimônias com autoridades, interação institucional com a sociedade);

Normas disciplinares e éticas (uso de uniforme, cumprimento de horários, conto do Hino Nacional e Hino da Bandeira, condutas esperadas, desenvolvimento de responsabilidade social);

Atuação em projetos sociais, promoção de eventos que fortaleçam o sentimento de pertencimento e resiliência social entre aprendizes, famílias e comunidades.

Assim, a presente proposição não se limita a um ato simbólico. Trata-se de uma medida concreta de preservação da memória institucional da cidade, de valorização das boas práticas de formação juvenil e de reconhecimento público de uma entidade que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento social de Sorocaba.